



Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

PORTARIA Nº 1.216, DE 16 DE JULHO DE 2021.

Institui Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores, revoga as Portarias nº 1.077, de 09 de julho de 2019 e nº 1.149, de 17 de julho de 2020, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal; e considerando o que determina os artigos 34 a 37, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear os membros que integrarão a Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores do Município de Lagoa Santa, com a competência de desempenhar as funções constantes no Decreto municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012, da seguinte forma:

I - Cláudia Fonseca Silva - Matrícula nº 281227;

II - Sandra da Silva Moura - Matrícula nº 010478;

III - Tatiane Cristina da Silva Marcelino - Matrícula nº 007285.

Parágrafo único. A referida Comissão será presidida pela servidora Cláudia Fonseca Silva e, na ausência ou impedimento desta, caberá à responsabilidade ao primeiro membro, na ordem que se apresenta, as incumbências de Presidente.

Art. 2º As decisões da Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores serão colegiadas, com quórum mínimo de 02 (dois) membros.

Art. 3º A Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores será dotada de autonomia administrativa e atuará sem subordinação hierárquica no exercício de suas atividades-fins.

Art. 4º São as principais atribuições da Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores do Município de Lagoa Santa, nos termos do art. 10 do Decreto municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012:

I - instaurar e dar andamento aos processos administrativos punitivos a fornecedores que cometerem irregularidades, inclusive aplicar sanções administrativas como notificação, advertência, multa e suspensão, conforme previsto no Decreto municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012;

II - inscrição dos fornecedores no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar com o Município de Lagoa Santa - CAFIMPLS, após processo administrativo conclusivo pela aplicação da sanção prevista no art. 23 do Decreto municipal nº 2.260, de 13 de fevereiro de 2012;



Prefeitura Municipal de Lagoa Santa

III - praticar outros atos necessários e inerentes ao processo administrativo punitivo a fornecedores.

Art. 5º A participação na presente Comissão não ensejará remuneração de qualquer espécie aos servidores membros e será considerada como serviço público relevante.

Art. 6º A falta injustificada dos membros nas reuniões e trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão configurará descumprimento de dever funcional passível de aplicação da penalidade de suspensão disciplinar, nos termos do art. 175, inciso I, da Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de julho de 2021, e revogando as Portarias nº 1.077, de 09 de julho de 2019 e nº 1.149, de 17 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 16 de julho de 2021.

ROGÉRIO CÉSAR DE MATOS AVELAR
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.